Política de Privacidade e Proteção de Dados — Plataforma

Última atualização: 21 de julho de 2026 · Lei nº 13.709/2018 (LGPD)

1. Quem trata os seus dados e alcance

Esta Política aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado pela Eos Fin Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.684.942/0001-74, com sede na Av. Pres. Vargas, 1265, Jardim América, Ribeirão Preto/SP, CEP 14020-260, que atua sob a marca "Eos Financiamentos" (eosfin.com.br) ("Eos") por meio de sua plataforma e serviços (a "Plataforma"), incluindo o site, o aplicativo, os módulos de gestão (ERP/SaaS), o apoio à análise de crédito e à cobrança de recebíveis, o modelo de vídeo/serviço como software (VSaaS) e o serviço como plataforma. Complementa — e não substitui — a Política de Privacidade institucional publicada em eosfin.com.br/legal/privacidade, prevalecendo esta para o tratamento realizado na Plataforma.

A Eos é uma prestadora de serviços de tecnologia. Não é banco nem instituição financeira e não capta recursos do público; eventuais operações financeiras, se houver, são realizadas por instituições financeiras parceiras e/ou por fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), próprio ou de terceiro.

Encarregado (DPO): pode ser contatado pelo e-mail dpo@eosfin.com.br. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é a autoridade competente em matéria de proteção de dados.

2. Papéis: quando somos controladora e quando somos operadora

A definição de papéis determina as responsabilidades de cada parte:

- **Operadora —** quando tratamos dados por conta e segundo as instruções do cliente (ex.: captura e organização de documentos fiscais, gestão no ERP). Nesse caso aplica-se também o Acordo de Tratamento de Dados (DPA).
- **Controladora —** quando definimos, por conta própria, finalidades e meios: prevenção à fraude, análise e concessão de crédito, cumprimento de obrigação legal, segurança e melhoria dos serviços.

3. Dados que tratamos

Categoria	Exemplos
Cadastrais e de contato	Razão social, CNPJ/CPF, endereço, e-mail e telefone de representantes, sócios, administradores, contadores e usuários.
Credenciais e certificado	Login, senha e o certificado digital A1, quando fornecido, tratado conforme o Termo de Autorização e Custódia do A1.
Fiscais e contábeis	NF-e, NFS-e, NFC-e, CT-e, CF-e/SAT e escriturações (EFD, ECD, ECF), inclusive dos últimos exercícios.
Dados de terceiros nos documentos	Nome, CPF, endereço e contato de clientes, fornecedores e sacados constantes dos documentos fiscais.
Crédito e capacidade de pagamento	Informações de bureaus de crédito, cadastro positivo, consultas de financiamentos e dados do SCR (Banco Central), quando autorizado.
Financeiros e de cobrança	Meios de pagamento, boletos, recebíveis, títulos antecipados e histórico de cobrança.
Navegação e uso	Endereço IP, data/hora, dispositivo, páginas e funcionalidades acessadas, cookies e registros de acesso.

4. De quem e como coletamos

Coletamos dados que você nos fornece (cadastro, upload de certificado, documentos); que capturamos com sua autorização junto a órgãos fiscais (por certificado, procuração eletrônica ou autXML); que obtemos de bureaus, do SCR e de fontes públicas para análise de crédito; e que se geram no uso da Plataforma. Documentos fiscais são disponibilizados por até 90 dias pela distribuição nacional de DF-e, limite do próprio serviço.

5. Finalidades e bases legais

Tratamos dados apenas quando há base legal. Como regra, não usamos o consentimento como base geral — ele é reservado às finalidades secundárias abaixo.

Finalidade	Base legal (LGPD)
Prestar os serviços contratados (captura fiscal, gestão/ERP, relatórios).	Execução de contrato (art. 7º, V).
Analisar crédito, verificar elegibilidade e viabilizar antecipação e cobrança.	Execução de contrato e procedimentos preliminares (art. 7º, V); e, quanto ao cadastro positivo, a Lei 12.414/2011.
Cumprir obrigações legais, regulatórias e fiscais.	Obrigação legal/regulatória (art. 7º, II).
Prevenir fraude e garantir a segurança da informação.	Legítimo interesse (art. 7º, IX) e prevenção à fraude (art. 11, II, “g”, para dados sensíveis).
Exercer direitos em contrato, processo judicial, administrativo ou arbitral.	Exercício regular de direitos (art. 7º, VI; art. 11, II, “d”).
Aprimorar e desenvolver os serviços.	Legítimo interesse (art. 7º, IX), com dados minimizados.
Inteligência de mercado, estudos setoriais e marketing.	Consentimento (art. 7º, I) e/ou dados anonimizados (art. 12).

6. O tratamento em cada módulo

- **Gestão (ERP/SaaS):** organização e análise dos documentos e dados do próprio cliente — atuamos como operadora.
- **Análise de crédito:** reconstrução de indicadores e score a partir de dados fiscais e de bureaus — atuamos como controladora dessa finalidade.
- **Apoio a crédito e cobrança para FIDC:** funcionalidades tecnológicas de apoio à originação, à análise e à cobrança de recebíveis adquiridos por FIDC, próprio ou de terceiro, ou por instituição financeira parceira. A Eos provê a tecnologia; não adquire os recebíveis nem capta recursos do público, e compartilha com o adquirente os dados necessários.
- **VSaaS e serviço como plataforma:** funcionalidades entregues como serviço, sujeitas a esta Política e ao contrato específico.

7. Decisão automatizada e crédito

A análise de crédito envolve tratamento automatizado, com uso de regras, indicadores e modelos, para definir perfil de crédito e capacidade de pagamento. Nos termos do art. 20 da LGPD, você pode solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado que afetem seus interesses, e pode pedir informações claras e adequadas sobre os critérios e procedimentos utilizados, observados os segredos comercial e industrial. Adotamos medidas para prevenir vieses e discriminação e mantemos supervisão humana sobre decisões relevantes. Solicitações pelo canal do Encarregado.

8. Dados de terceiros na cadeia fiscal

Os documentos fiscais contêm dados de clientes, fornecedores e sacados que não são partes da relação. Tratamo-los exclusivamente para as finalidades desta Política. Quem nos compartilha esses dados declara ter base legal e legitimidade para tanto e responde pela licitude dessa transmissão.

9. Cadastro positivo e SCR

Para a análise de crédito, poderemos consultar e utilizar informações de cadastro positivo (Lei 12.414/2011) e do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR), observados o sigilo bancário (LC 105/2001) e as autorizações exigidas. Você pode consultar e contestar suas informações junto aos gestores de banco de dados e ao Banco Central.

10. Com quem compartilhamos

- fundos (FIDC) e seus prestadores — administrador, gestor e custodiante — para avaliação, aquisição e gestão de recebíveis;
- entidade registradora de recebíveis autorizada pelo Banco Central, quando exigido;
- bureaus de crédito e o SCR, para consulta e, quando aplicável, reporte;
- instituições e correspondentes para emissão de boleto e liquidação (Pix), no de-para de recebíveis;
- suboperadores de tecnologia (nuvem, infraestrutura), sob contrato de proteção equivalente;
- autoridades, quando exigido por lei; e adquirentes, em caso de reorganização societária, preservada a confidencialidade e com aviso ao titular.

11. Transferência internacional

Podemos tratar dados em provedores localizados fora do Brasil, adotando as salvaguardas dos arts. 33 a 36 da LGPD (país com grau adequado de proteção, cláusulas contratuais específicas ou outra hipótese legal), sempre com medidas de segurança apropriadas.

12. Segurança da informação

Adotamos medidas técnicas e administrativas compatíveis com os arts. 46 a 49 da LGPD: cifragem em trânsito e em repouso; guarda de certificados e senhas como segredo, preferencialmente em HSM/KMS; controle de acesso por identidade e menor privilégio; segregação de ambientes; registro de logs e trilha de auditoria; gestão de vulnerabilidades e backup. Nenhuma medida elimina integralmente o risco; mantemos plano de resposta a incidentes.

13. Comunicação de incidentes

Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, comunicaremos a ANPD e os titulares afetados em prazo razoável, com as informações do art. 48 da LGPD, e adotaremos medidas de contenção e mitigação.

14. Retenção e eliminação

Mantemos os dados pelo tempo necessário às finalidades e pelos prazos legais e regulatórios de guarda — em especial os documentos e escriturações fiscais, sujeitos a prazos próprios — e os registros de acesso a aplicações por, no mínimo, os prazos do Marco Civil da Internet. Encerrada a relação, eliminamos ou anonimizamos os dados, ressalvada a retenção exigida por lei ou para exercício regular de direitos.

15. Seus direitos

Você pode exercer os direitos do art. 18 da LGPD: confirmação da existência de tratamento; acesso; correção; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade; portabilidade; eliminação dos dados tratados com consentimento; informação sobre compartilhamentos; informação sobre a possibilidade de não consentir e suas consequências; e revogação do consentimento. Também pode requerer a revisão de decisões automatizadas (Cláusula 7). Exerça-os pelo canal dpo@eosfin.com.br.

16. Cookies, crianças e alterações

Utilizamos cookies e tecnologias similares para segurança, análise e melhoria, conforme configurável no navegador. Em regra não tratamos dados de crianças e adolescentes, salvo

hipóteses específicas com as devidas salvaguardas. Podemos atualizar esta Política; mudanças relevantes serão comunicadas, sem redução de direitos.